



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Política Social e Serviço Social**

**Sub-eixo: Políticas Públicas Setoriais**

## **O TRABALHO PROFISSIONAL DAS/OS ASSISTENTES SOCIAIS: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS**

**ADRIEL JOSÉ DE QUADROS<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo demarcar a atuação profissional das/dos Assistentes Sociais na implementação de Políticas Públicas, sua complexidade para assegurar direitos e a superação da Questão Social, demonstrando como se dá a atuação profissional, refletindo sobre os avanços e retrocessos no Modo de Produção Capitalista assim como enfrentamentos cotidianos para suprir a ineficiência do Estado.

**Palavras-chave:** Assistente Social; Políticas Públicas; Enfrentamento.

### **RESUMEN**

Este artículo tiene como objetivo demarcar el desempeño profesional de los Trabajadores Sociales en la implementación de Políticas Públicas, su complejidad para garantizar derechos y la superación de la Cuestión Social, demostrando cómo se produce el desempeño profesional, reflexionando sobre los avances y retrocesos en el Modo de Producción Capitalista así como los enfrentamientos cotidianos para superar la ineficiencia del Estado.

**Palabras-clave:** Trabajador Social; Políticas Públicas; Supervivencia.

### **INTRODUÇÃO**

A partir do momento em que observamos a necessidade de lidar com as contradições do Modo de Produção Capitalista, percebemos que se faz necessária uma amplitude nas lutas de classe. Sendo assim, também verificamos a necessidade de implantação e execução de Políticas Públicas que possam garantir acesso aos serviços, objetivando a efetividade de

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

assegurar as garantias dos direitos individuais e coletivos. Mas, a despeito disso, já paramos para pensar em o que são Políticas Públicas?

Diante da grandiosidade territorial e cultural e da complexidade social que o Brasil apresenta, é de suma importância falar de Políticas Públicas, pois, se tratando de uma maneira de acessar serviços e garantir direitos, está diretamente ligada com a qualidade da administração pública, uma vez que os recursos financeiros e a própria execução dessas políticas são de responsabilidade dos governos, sejam eles municipais, estaduais e/ou federal, estando conseqüentemente ligados ao nosso bem estar e a nossa qualidade de vida.

De grosso modo, podemos então dizer que Políticas Públicas funcionam como um conjunto de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (municipais, estaduais e federal) e que contam com a participação direta ou indireta da sociedade e de instituições públicas ou privadas, atuando diretamente no enfrentamento e combate das expressões da questão social (FREY, 2000).

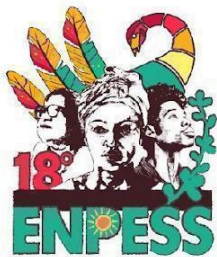
Dessa maneira podemos afirmar que:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório [...] (SARAVIA e FERRAREZI, 2006, p. 28).

De acordo com Saraiva e Ferrarezi (2006), percebemos que essas ações possuem um viés político, pois se caracterizam como interesses e tomadas de decisões, que podem ou não beneficiar a sociedade, em especial as classes mais vulnerabilizadas, e também possuem um viés administrativo, pois são executadas a partir de um governo eleito para gerir e destinar fundos e verbas, que podem ser fundamentais para a melhoria e/ou mais acessos às políticas públicas.

Também podemos caracterizá-las como Política de Estado, ou seja, direitos garantidos constitucionalmente, e Políticas de Governo, que geralmente são implantadas e executadas em um governo eleito, podendo ou não continuar de acordo com os mandatos políticos (OLIVEIRA, 2011).

Também temos a definição de Rua (2014), a qual afirma que Políticas Públicas compreendem “[...] um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica de conflitos quanto a bens públicos [...]” (RUA,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

2014, p. 15). A autora ainda complementa que:

[...] embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. Podemos encontrar um exemplo na emenda constitucional para reeleição presidencial, ou na CPMF, ou, ainda, na criação de um novo estado da federação. Observe que essas situações apresentadas são decisões, mas não são política pública. Já a reforma agrária, o Sistema Único de Saúde, o financiamento da educação superior ou a adoção de mecanismos de transferência de renda são políticas públicas (RUA, 2014, p. 18).

Sendo assim, dentro das contradições presentes no Modo de Produção Capitalista, verificamos uma infinidade de expressões da questão social<sup>2</sup> que corroboram para ampliar a pobreza, cabendo ao Estado implantar medidas “paliativas” e analisar o que precisa ser feito. Dessa maneira:

[...] o papel da Análise de Política é encontrar problemas onde soluções podem ser tentadas, ou seja, “o analista deve ser capaz de redefinir problemas de uma forma que torne possível alguma melhoria”. Portanto, a Análise de Política está preocupada tanto com o planejamento como com a política [...] (WILDAVSKY, 1979, *apud* RUA, 2014, p. 20).

Cabe ressaltar que identificar tais problemas e trabalhar para formulação e execução de políticas públicas corresponde a uma das possibilidades de atuação das/os profissionais Assistentes Sociais, caso venham atuar cotidianamente no serviço público, pois, a atuação profissional se dá no sentido de combater as expressões da questão social, garantindo acesso às políticas públicas e garantindo sua execução.

## DESENVOLVIMENTO

A profissão de Assistente Social tem como direção as normas e legislações que a regulamentam, tais como, o Código de Ética Profissional<sup>3</sup> que traz seus valores e princípios, a Lei de Regulamentação da Profissão – Lei 8662/1993 que assegura as atribuições e competências do Assistente Social, a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS – 493/06 que aborda as condições éticas e técnicas do exercício profissional e as Diretrizes Curriculares do Serviço Social criado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS/1999<sup>4</sup>, as quais, proporcionam aparato legal a profissão e contribuem para o exercício profissional das/oss Assistentes Sociais, sendo estas diretrizes

<sup>2</sup> De acordo com Iamamoto (1999), entende-se por Questão Social a contradição entre o Capital e o Trabalho, e esta se expressa em suas múltiplas refrações que são entendidas como “[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura [...]” (IAMAMOTO, 1999: p.27).

<sup>3</sup> Refere-se ao Código de Ética do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) de 1993.

<sup>4</sup> Para mais informações sobre normas e legislações que a regulamentam a profissão acesse: <<http://www.cfess.org.br/>>.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

que conduzem os trabalhos desses profissionais que atuam na implantação e execução das políticas públicas.

Para Guerra (2009):

[...] o significado que o trabalho profissional do assistente social adquire no processo de produção e reprodução das relações sociais só pode ser interpretado e compreendido na relação entre as necessidades das classes sociais que polarizam sua intervenção, os distintos sujeitos sociais e os interesses antagônicos que o demandam, os espaços ocupacionais, as competências e atribuições profissionais, cabe situar a importância da produção de conhecimento para o Serviço Social. A profissão ao longo dos seus 70 anos vem buscando definir claramente e consolidar suas atribuições e competências, as quais se encontram, desde 1962, reconhecidas e regulamentadas (ainda que sua primeira formulação tenha sido em 1957). O cumprimento delas, segundo a Lei n. 8662/1993, exige de o assistente social tornar a pesquisa um elemento constitutivo do seu trabalho profissional, como pré-condição do exercício profissional competente e qualificado (GUERRA, 2009, p. 809-810).

O processo histórico é de suma importância para o reconhecimento e a consolidação da categoria profissional de Assistentes Sociais, tanto no Brasil como na América Latina, assim fortalecendo seu discurso/pensamento crítico, tanto na formação acadêmica do Serviço Social, quanto na profissão.

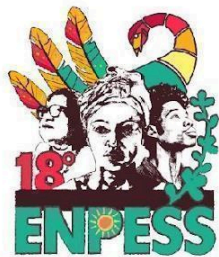
Para fortalecer a formação e profissão devemos pensar no Projeto Profissional, que compreende vários debates e desafios a respeito da categoria profissional das/os Assistentes Sociais, no que se remetem as condições econômicas, políticas e culturais em que a categoria está inserida, além dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos que abrangem a formação e o exercício profissional.

Para Netto (2016), o Projeto Profissional retrata a:

[...] auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas [...] (NETTO, 2016, p. 4).

A categoria profissional vem construindo em seu processo histórico o Projeto Ético Político, que expressa para categoria o seu compromisso com a construção de uma nova ordem societária. Neste sentido a profissão está inserida na divisão social e técnica do trabalho social “[...] Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas [...] porquanto implicam relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais [...]” (IAMAMOTO, 2009, p. 17).

Conforme as Diretrizes Curriculares da ABPESS (1999), a formação profissional do curso



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

de Serviço Social deve possibilitar as/aos acadêmicas/os uma formação de teor crítico dos processos sociais tendo a compreensão da totalidade, além de possibilitar ao profissional uma capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, como requisito para práxis profissional, fundamental na resolução pacífica de conflitos, que recorre sobre setores que trabalham com execução de políticas públicas.

Por intermédio do processo histórico, o Serviço Social abrange hoje em sua formação a dimensão teórico-metodológica, na qual exige do profissional uma competência de conhecimentos a partir da leitura crítica da realidade que esteja inserida. Nesse sentido é necessária a fundamentação na qual lhe permite visualizar a realidade, com base na visão crítica da totalidade, para além da aparência, ou seja, não apenas estar atrás de uma mesa em um escritório, mas, se envolver com movimentos sociais para entender quais as demandas e assim propor políticas públicas e resolutividades eficientes e de qualidade, visando a garantia de direitos, entendendo as dimensões do singular, particular e universal para então realizar os processos de intervenção necessários. Diante disso, sua análise é fundamental para implantar políticas públicas de qualidade e não apenas medidas paliativas ou políticas de governo.

A dimensão teórico-metodológica do Serviço Social, já passou por várias bases sendo uma das primeiras a perspectiva positivista<sup>5</sup>. Com as mudanças ocorrendo na sociedade à categoria profissional de Assistentes Sociais, nos seus diversos debates e questionamentos verificou a necessidade de reformular seu aparato teórico- metodológico.

Nesse sentido Yasbek (2009), diz que o questionamento ao referencial teórico tem:

[...] Início no contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que expressam, nos anos 60, as novas configurações que caracterizam a expansão do capitalismo mundial, que impõem à América Latina um estilo de desenvolvimento excludente e subordinado. A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações. É no bojo deste movimento, de questionamentos à profissão, não homogêneos e em conformidade com as realidades de cada país, que a interlocução com o marxismo vai configurar para o Serviço Social latino-americano a apropriação de outra matriz teórica: a teoria social de Marx [...] (YAZBEK, 2009, p. 170-171).

<sup>5</sup> Segundo Yazbek (2009) “[...]O método positivista trabalha com as relações aparentes dos fatos, evolui dentro do já contido e busca a regularidade, as abstrações e as relações invariáveis. [...] É a perspectiva positivista que restringe a visão de teoria ao âmbito do verificável, da experiência e da fragmentação. [...]” (YAZBEK, 2009, p. 6).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Diante disso os referenciais teórico-metodológicos que caracterizam o Serviço Social tomaram novas configurações, para atender as exigências impostas pelo desenvolvimento do sistema capitalista, tanto em nível de Brasil como de América Latina. A dimensão teórico-metodológica frente à formação e ao exercício profissional, são fundamentados historicamente e se manifestam nos modos de pensar e agir da categoria nas mais diversas expressões da práxis profissional, vendo que tal dimensão tem o intuito de orientar os profissionais inseridos em um projeto societário<sup>6</sup>.

Historicamente passamos por diversos momentos em que ocorreram reformas burocráticas na execução de algumas políticas, o que por vezes eliminou a participação popular, a exemplo do período conhecido como ditadura militar, período este em que ocorreram a privatização de alguns serviços públicos. Essas abordagens são possíveis por meio do referencial teórico-metodológico, que nos mostram os enfrentamentos realizados nesse período.

A dimensão técnico-operativa, por sua vez, pode ser analisada nas mais diversas áreas de atuação profissional. No entanto, se destaca no Serviço Social com base na dimensão teórico-metodológica e na ação do exercício profissional de Assistentes Sociais, sendo que [...] “As atribuições são prerrogativas exclusivas ao serem definidas enquanto *matéria, área e unidade* de Serviço Social” [...] (IAMAMOTO, 2009, p. 20, grifo da autora).

Ao tratarmos aqui sobre a dimensão técnico-operativa, a qual se relaciona ao exercício e a ação profissional da área do Serviço Social, entendemos como essencial na atuação profissional nas diversas políticas sociais em que tais profissionais atuam, pois o trabalho das/os Assistentes Sociais será refletido nas ações, pois, toda política pública é formada por projetos societários.

Nesse sentido:

Discutir a dimensão técnico-operativa do Serviço Social implica reconhecer a sua complexidade dada pela diversidade de espaços sócio-ocupacionais nos quais os profissionais transitam e pela própria natureza das suas ações nos diferentes âmbitos do exercício profissional, como, por exemplo, a proposição e formulação de políticas sociais, o planejamento, gestão e articulação de serviços e programas sociais, ou o atendimento direto aos usuários em diferentes instituições e programas sociais [...] (MIOTO; LIMA, 2009, p. 27).

---

<sup>6</sup> O projeto societário para Netto (1999), “[...]Trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la e que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la. [...]os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas etc.). [...] (NETTO, 1999, p. 2).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Ao abordar o tema técnico-operativo Mioto e Lima (2009), explicitam que existe, porém, certa complexidade nas ações dos assistentes sociais que tornam suas ações variáveis e se evidenciam nos seguintes aspectos: os tipos de demandas, a quantidade e a multidimensionalidade dos problemas sociais, novas demandas e necessidades, contextos institucionais como os conflitos de competências, recursos públicos, complexidade de respostas, e dificuldade em controlar variáveis intervenientes.

Podemos verificar que a conjuntura histórica, do debate acerca da dimensão técnico-operativa no Brasil, tem como:

[...] componente técnico-operativo é montado a partir da incorporação de instrumentos próprios às tradicionais formas de assistência, aliados às orientações técnicas e doutrinárias próprias da ação social católica<sup>3</sup>. E isto não ocorre por acaso, na medida em que, naquele período, já se dissemina o pensamento racionalista-moralizador, impulsionado pelo desenvolvimento das ciências sociais (notadamente da Sociologia). Trata-se de um pensamento que incorpora a razão técnica - tão cara ao capitalismo monopolista - ao âmbito do conhecimento e da intervenção nas questões relativas às relações sociais. Assim, a preocupação com os aspectos técnicos chega às diversas práticas de assistência, possibilitando o desenvolvimento de alguns procedimentos interventivos que possam garantir eficiência à consecução de seus objetivos [...] (TRINDADE, 2001, p. 8).

Com as transformações históricas do Serviço Social, a visão de caráter religioso e conservador assentada na dimensão técnico-operativa, passa a ter fundamento crítico, assim modificando a forma de intervir na sociedade, com a percepção da totalidade a partir da realidade cotidiana do exercício profissional das/os Assistentes Sociais.

Esse processo interventivo não se constrói logo de início, apenas conseguimos fazê-lo no percurso, contando também com o envolvimento, não apenas de Assistentes Sociais, mas, de outros sujeitos, contemplando o espaço sócio-ocupacional em que a/o profissional está envolvido. Nesse sentido, observamos esses componentes como essenciais, pois, no decorrer das aulas, citamos várias vezes que o modo de produção capitalista almeja somente o lucro, e cabe a estes profissionais intermediar políticas para amenizar as expressões da questão social decorrentes desse processo.

Para compreender um pouco mais, Iamamoto e Carvalho (2008) trazem que:

[...] a existência de uma relação singular no contato direto com os usuários - "os clientes" - [...] reforça um certo espaço para atuação técnica, abrindo a possibilidade de se reorientar a forma de intervenção, conforme a maneira de se interpretar o papel profissional. A isso acresce outro traço peculiar ao Serviço Social: a indefinição ou fluidez do "que é" ou "do que faz" o Serviço Social, abrindo ao assistente social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional. Tal característica apreendida, às vezes, como estigma profissional, pode ser reorientada no sentido de aplicação de seu campo de autonomia, de acordo com a concepção social do

agente sobre a prática (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 80-81).

Podemos ainda observar três fatores que definem o “fazer profissional”: O primeiro é caracterizado como indicadores “externos” e, um dos grandes problemas em privilegiar tais indicadores é a fragilização do debate sobre a dimensão técnico- operativo, o que leva ao que Miotto (2009, p. 31) classifica como – “[...] a tendência de um eterno descrever das ações das/os Assistentes Sociais a cada novo espaço ocupacional que se abre. [...]”; O segundo ponto evidencia que as/os Assistentes Sociais utilizam denominações diferentes para nomear ações da mesma natureza; O terceiro fator se caracteriza por dar como óbvio os fundamentos das ações, o que leva os profissionais a desenvolver ações que, em um determinado espaço deram certo, porém, podem não se enquadrar no contexto de outro espaço, deixando claro a diversificação e a variação das demandas de um local para outro (MIOTTO, 2009).

Baseando-se na Lei de Diretrizes Curriculares do Serviço Social (1996), a dimensão técnico-operativa não se trata somente dos instrumentais técnicos da profissão, nessa perspectiva a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), realizou a análise do Serviço Social, na qual é:

[...] historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção. Imbricada ao desvelamento destas questões, situa-se a dimensão técnico-operacional, como componente do trabalho consciente e sistemático do sujeito profissional sobre o objeto de sua intervenção, tendo em vista o alcance dos objetivos propostos (ABEPSS, 1996, s.p.).

O trabalho da categoria profissional fundamentada historicamente, desde sua gênese passou por várias transformações, assim como a própria sociabilidade no Modo de Produção Capitalista a partir do século XIX, na qual hoje a categoria tem fundamento teórico acadêmico da dimensão técnico-operativa. Anterior ao século XIX havia um posicionamento de coibir a desordem por meio da filantropia, da coerção e repressão e, somente no decorrer do século XIX começa a nascer o que hoje chamamos de política pública, momento em que governo e sociedade se unem, entretanto, sempre beneficiando a burguesia. A partir daí, visualiza-se o alargamento da condição de ser cidadão, momento em que ocorre a união e o reconhecimento de classe trabalhadora, com o ideário de mudança linear e progressiva.

Contudo, entendemos que na atuação profissional este aparato pode variar conforme o





Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

campo de trabalho e da realidade adentrada, bem como, dependera do profissional e sua matriz teórica, podendo se manifestar no agir da dimensão técnico- operativa e na instrumentalidade, uma vez que diariamente precisamos nos atualizar, pois demandas podem surgir onde não haviam antes, exigindo novas ou melhores políticas públicas para determinados segmentos da sociedade.

Conforme Santos (2013):

[...] podemos dizer que os instrumentos e técnicas são: elementos que compõem os meios de trabalho; elementos que, dentre outros, compõem a dimensão técnico-operativa do Serviço Social – que, por sua vez, mantém uma relação de unidade com as demais dimensões, apesar de sua especificidade; não estão soltos no tempo e no espaço e não possuem um fim em si mesmo, uma vez que, não estão descolados da finalidade que o profissional imprime à sua ação (SANTOS, 2013, p. 29).

A instrumentalidade técnico-operacional do Serviço Social remete aos instrumentos utilizados para a intervenção do exercício profissional, mediante as demandas e objetivos impostos na realidade cotidiana e das relações sociais que envolvem a sociedade, uma vez que sem políticas públicas, o estado retirava condições mínimas de subsistência da população.

Segundo Miotto e Lima (2009), mesmo diante do grande avanço que a profissão teve, rompendo com o chamado Serviço Social tradicional e conservador, o que permitiu um grande avanço no contexto da divisão social e técnica do trabalho, ainda é possível se defrontar com variados discursos divergentes sobre o fazer profissional, o que aflora uma grave preocupação, principalmente em equipes de trabalho multidisciplinar. Porém, no contexto do início da implantação de políticas públicas, eram necessárias mediações específicas entre o Estado e o ambiente institucional, fato que ainda ocorre na oferta e execução de bens e serviços.

Nem sempre a dimensão ético-política esteve visível na prática profissional das/os Assistentes Sociais. O evidente debate tem início no período de 1979 a 1985, momento que se manifesta o movimento de Renovação do serviço social na vertente da ruptura com o conservadorismo. O debate frente ao tema tem dois sentidos: negação do caráter “apolítico” e “neutro”, no segundo sentido aponta a afirmação do compromisso com a classe Trabalhadora.

Portanto, a/o Assistente Social não pode atuar de forma neutra, devendo tomar um posicionamento político perante a realidade em que vivemos e atuamos, para poder intervir nela. Com tal característica, o profissional obtém consciência de qual direção deve ser seguida. Nesse sentido o conhecimento do código de ética profissional é de suma importância para tal atuação, garantindo que possa criar projetos e executar políticas públicas de qualidade, reforçando o trabalho das/os profissionais na resolução de conflitos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Mioto e Lima (2009) concordam com Netto (2005), quando falam do projeto ético-político da/o Assistente Social, projeto esse, de construção coletiva, que rege todos os deveres e obrigações do profissional, mostrando um direcionamento para que a atuação do profissional possa ser bem efetivada, assim como as relações que devemos ter com os usuários, instituições e outros profissionais.

[...] a configuração social da profissão depende decisivamente das respostas dos agentes profissionais nesse contexto, articuladas em torno do projeto profissional de caráter ético-político que se encontra compromissado com a Cidadania, porque prima pela defesa dos Direitos na sua totalidade, pela sua ampliação legal e sua consolidação material, na qual os indivíduos sociais passam a ser reconhecidos como sujeitos de valores, de interesses, de demandas legítimas, passíveis de serem negociadas e acordadas (IAMAMOTO, 1999 *apud* MIOTO; LIMA, 2009, p.33).

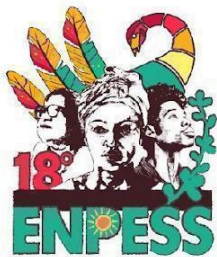
De acordo com Mioto e Lima (2009), o que lamamoto (1999) quer dizer é que a profissão é entendida no contexto das suas relações sociais, contexto em que o projeto ético-político foi criado e que contém a construção por um sujeito, neste caso, a categoria profissional, e que contém uma dimensão política.

Mioto e Lima (2009) ainda nos trazem que, dentro de um processo histórico é que ocorre a intervenção profissional, fato este que está diretamente ligado às relações entre as classes na sociedade, seja por fatores de classe trabalhadora, ou por condições materiais, deixando visíveis as ações do assistente social, diretamente ligadas à força de trabalho e prestação de serviços. Assim:

A aprovação do Código de Ética, em 1993, consolida a hegemonia do projeto ético-político orientado para a transformação, para a defesa intransigente dos direitos humanos e para uma conduta radicalmente democrática. O Código sustenta que a ética deve ter como suporte uma ontologia social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora e tipificada no processo de trabalho (CFESS, 1997, p. 15 *apud* MIOTO; LIMA, 2009, p. 34).

O projeto profissional ganhou dimensões que elevaram seu patamar se comparado com os tempos de conservadorismo, porém, ainda é imprescindível que ocorram novas reformulações, ou seja, devemos lutar pelo aprimoramento, pois, cada dia surge novas demandas, com novas particularidades, fator esse que não deixam nosso projeto profissional se engessar, pois se entende que o projeto ético-político está em constante movimento, o que exige atualização e novas maneiras de enfrentamento.

Desse modo:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A ética, enquanto espaço de reflexão sobre a moral, é também um espaço da filosofia, que apresenta como características principais: a busca de um “saber interior”, isto é, de totalidade; a perspectiva de “ir às raízes”, ou seja, de não se contentar com a aparência dos fenômenos, buscando apreender a sua essência; a constante indagação sobre o significado dos valores, o que, no caso da ética, quer dizer perguntar o porquê da escolha de valores e para onde esta escolha me leva (BARROCO, 2012, p. 92-93).

Entendendo que nosso projeto ético-político se configura, de acordo com Iamamoto (apud MIOTO; LIMA, 2009), nas dimensões ético, político, intelectuais e práticas, vemos que – “[...] tal competência que está contida no Código de Ética é determinada pelos valores de *liberdade* e de *justiça social* articulados à *democracia*” (CFESS, 1997 apud MIOTO; LIMA, 2009, p. 35, grifo do autor). Por conseguinte, a ética e a política no sentido crítico estão presentes no exercício profissional e na formação acadêmica das/os Assistentes Sociais, tendo como elemento fundamental o seu Código de Ética e os demais fundamentos teóricos do Serviço Social.

Atualmente, trabalhamos diretamente com o enfrentamento das expressões da questão social, onde nosso principal desafio se dá no enfrentamento da dinâmica da simultânea acumulação da riqueza e da pobreza, modelo em que muitas pessoas são incapazes de atingir um padrão de vida mínimo, enquanto poucos são detentores de toda a riqueza produzida, sendo necessária a criação de políticas públicas para enfrentar essas desigualdades oriundas da acumulação capitalista.

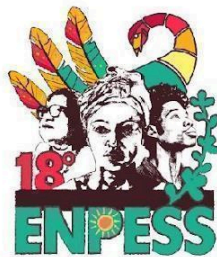
## CONSIDERAÇÕES

O trabalho da/o Assistente Social se pauta no conhecimento da realidade e gera um tipo de intervenção que deve priorizar a ação socioeducativa com vistas à emancipação do ser humano, pois, as/os usuárias/os do Serviço Social, em sua maioria, têm seus direitos sociais violados devido ao desconhecimento deles, são fragilizados pela apropriação indevida pela classe dominante de parte dos direitos que deveriam ser de acesso de todos os cidadãos.

Nesse sentido, Silva (1999) aponta que:

Os usuários do serviço social em geral não têm acesso ou domínio do conhecimento sobre os seus direitos (Civis, políticos e sociais), a lógica a partir da qual esses se estruturam e os meios de exercê-los. O resultado é que não acessam, nem usufruem desses direitos (SILVA, 1999, p. 114).

Neste sentido, a/o profissional do Serviço Social ganha espaço de atuação dentro da dinâmica das Políticas Públicas, tanto para atender aos ditames da instituição, sua empregadora, quanto para defender os interesses da população usuária, conforme o Projeto



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ético-político da profissão.

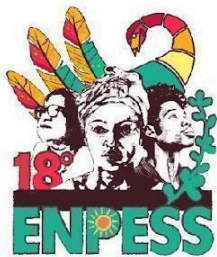
Sendo assim, por meio de seu trabalho, a/o Assistente Social poderá desenvolver a dimensão socioeducativa, como uma forma de criar um espaço para orientação acerca dos direitos e deveres, respeitando a vivência e a experiência da/o usuária/o, ou seja, um espaço que prima pela cidadania, aproximando profissionais e usuárias/os, levando em conta que todos têm ao que aprender e ensinar. Em suma, a/o Assistente Social e usuária/o podem se unir para criar novos conhecimentos sobre a realidade (PELEGRINI, 2016).

A troca de saberes deve ser de forma dialógica, sem sobreposição de ideias. Deve pautar-se na valorização do conhecimento e da experiência por cada uma apresentada. Nesse sentido, a dimensão socioeducativa do trabalho da/o Assistente Social deve valorizar os diversos tipos de saberes advindo de experiências de lutas, de resistência e de vivências. A/o Assistente Social deve conduzir a/o usuária/o de seus serviços a um caminho próprio, rumo a sua emancipação. Investir no trabalho socioeducativo é dar oportunidade a/ao usuária/o de crescer e se desenvolver, reconhecendo-se como ser social inserido numa realidade carregada de inúmeras determinações (PELEGRINI, 2016).

Um dos campos de atuação das/os Assistentes Sociais é na área de Políticas Públicas Sobre Drogas. Em face da realidade multifacetada das drogas e dos atuais padrões de consumo, a intervenção do poder público é necessária, porém insuficiente. Este fato requer esforços coletivos que devem se concretizar por meio de redes de promoção a saúde, prevenção ao uso e abuso, redução de danos e tratamentos.

Nesse sentido, as expressões da Questão Social são diversas, inclusive, relacionadas ao uso abusivo de substâncias psicoativas, assunto que necessita ser fundamentado num agir pautado na totalidade das relações sociais capitalistas, ou seja, que vão além do contexto do uso, reafirmando que a droga, na sua totalidade, faz parte de uma estrutura dentro desse Modo de Produção Capitalista (QUADROS, 2017).

Essa totalidade implica considerar que o uso de substâncias consideradas drogas está claramente delimitado por aspectos e por contextos econômicos, psicossociais, culturais e políticos da sociedade. Com essa perspectiva consideramos que a atuação profissional das/os Assistentes Sociais insere-se nas relações sociais e cotidianas, expressando-se na Questão Social e suas múltiplas refrações, onde podemos observar que no cotidiano de sua atuação depara-se com diversas demandas relacionadas principalmente ao contexto socioeconômico e familiar de usuárias/os e dependentes de drogas (QUADROS, 2017).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A necessidade de se efetivar e melhorar os programas, ações e atividades que visam prevenir, tratar e/ou recuperar as/os usuárias/os e dependentes de drogas se faz cada vez mais presente no campo de atuação profissional da/o Assistente Social, pois, é possível perceber que para além das abordagens corriqueiras em relação às drogas, fica nítido um contexto sócio-histórico de preconceito, criminalização e racismo, oriundo da estrutura repressiva capitalista, motivo que tornam as pesquisas e a produção de conhecimento essenciais e necessárias.

Essas ações também são conhecidas como Políticas Públicas. Obviamente, os esforços coletivos devem se concretizar não para suprir ou suprimir as ações ou intervenções do Estado. Nesse sentido, as ações em rede devem ser pensadas e realizadas para beneficiar a população usuária, ou seja, as relações entre pessoas e instituições devem se somar para a promoção da vida, do respeito e da dignidade à pessoa humana.

Geralmente áreas consideradas como periféricas são as mais atingidas pela falta de investimentos em Políticas Públicas, sejam elas das mais diversas áreas (saúde, habitação, saneamento, segurança, etc.), o que nos leva a cobrar uma resposta imediata do Estado. Porém, essas respostas nem sempre são rápidas, o que leva a própria população residente do local a criar e administrar ações e projetos que, de forma paliativa e superficial (muito embora com maior eficiência que a própria ação do Estado), conseguem suprir parte das necessidades locais.

Sendo assim, as ações em redes já citadas se tornam um caminho mais curto entre a população e os órgãos administrativos e governamentais, que, enquanto não promovem ações para melhorar a qualidade de vida de sua população, sucumbem em inúmeras políticas públicas que não suprem as reais necessidades, tornando-se apenas gastos e, ao menor reajuste econômico do governo, são cortadas, deixando novamente a população a mercê da própria sorte.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <[http://www.cressrs.org.br/docs/Lei\\_de\\_Diretrizes\\_Curriculares.pdf](http://www.cressrs.org.br/docs/Lei_de_Diretrizes_Curriculares.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2016.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**. n 50. São Paulo: Cortez, 1996.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Bases Filosóficas para uma Reflexão sobre ética e Serviço Social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

In: **Serviço Social e Ética**: convite a uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 13. ed., 2012, p. 82-102.

FREY, Klaus. POLÍTICAS PÚBLICAS: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil, In: **Planejamento e Políticas Públicas**, nº 21, jun. 2000.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS/ABESS, Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABESS, 2009, p. 807-826.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**. Trajetória e desafios. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-001.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. ed. 26. São Paulo, Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporaneidade**. In: CFESS/ABESS, Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABESS, 2009, p. 12-57.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2008.

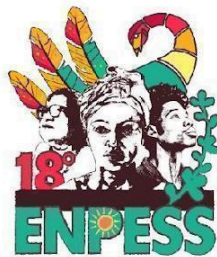
MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Telma Cristina Sasso de. **A dimensão técnico operativa do Serviço Social em foco**: a sistematização de um processo investigativo. Porto Alegre: Revista Texto e Contexto, v 8, n1, jan./jun. 2009, p.22-48.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Disponível em: <<http://welbergontran.com.br/cliente/uploads/4c5aafa072bcd8f7ef14160d299f3dde29a66d6e.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Das Políticas de Governo à Política de Estado**: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. In: Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011.

PELEGRINI, Soraya Magalhães. **A dimensão socioeducativa do trabalho do assistente social na área da saúde**. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/A%20DIMENS%C3%83O%20SOCIOEDUCATIVA%20DO%20TRABALHO%20DO%20ASSISTENTE%20SOCIAL%20NA%20%C3%81REA%20DA%20SA%C3%9ADE.pdf>> Acesso em: 20. Dez. 2019.

QUADROS, Adriel José de. **Do proibicionismo ao pós-regulamentação**: abordagem dos aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos da regulamentação da cannabis no uruguaí entre os anos 2013 - 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (bacharelado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Campus Toledo – PR. 2017.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

RUA, Maria das Graças. Especialização em Gestão Pública Municipal: módulo básico.  
**Políticas Públicas**. 3 ed. rev. atual. UFSC. Florianópolis. 2014.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas no Serviço Social**. In: A Dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social. Minas Gerais: Revista Conexão Gerais, n 3, 2º sem. 2013, p. 25-30.

SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Org.). **Políticas Públicas**. Vol. I. Coletânea. ENAP. Brasília, 2006.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. **Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais**. Disponível em: <  
<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/65N06Bp3L00eI373q8j6.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. In: CFESS/ABESS, Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABESS, 2009, p. 164- 190.